

É PRECISO CONVERSAR SOBRE A EJA. FALTA DE INVESTIMENTOS, ESVAZIAMENTO E O FRACASSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: OS DESAFIOS QUE JOVENS E ADULTOS ENFRENTAM PARA TER DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL

Maria Dalva Uchoa Braga¹

RESUMO: A pauta sobre a educação no Brasil inclusa na “Agenda 2030” da ONU - garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados até 2030 - esbarra nas sérias crises que a EJA - Educação de Jovens e Adultos, enfrenta atualmente no país. O fracasso das políticas públicas e a falta de fundos capitais a serem disponibilizados são os mais robustos motivos relativos à essa crise. Historicamente, o investimento em educação no Brasil vem declinando progressivamente desde o ano de 2010 até os dias atuais. Além disso, há a constatação sócio-histórica do progressivo esvaziamento da EJA no sistema de educação básica e que aponta para um processo de fechamento de escolas, turmas e a diminuição de matrículas. Entretanto há um grande contingente de brasileiros que ainda necessita concluir o Ensino Médio. O Movimento pela Base (2022) afirma que com boas políticas públicas e melhor investimento, o EJA pode proporcionar a muitos brasileiros melhores oportunidades de emprego e até ingresso em curso de nível superior. Para isso é necessário cessar o desmonte das políticas de EJA com governança democrática; promover ações de resgate da educação de pessoas jovens e adultas como direito humano e rever suas Diretrizes Curriculares Nacionais de forma a novamente considerar a situação socioeconômica e sociocultural do público da EJA. É de grande relevância conversar sobre essa modalidade educacional, colher a opinião dos estudantes sobre a EJA. A autora do presente artigo desenvolveu um estudo de caso com uma amostra de estudantes das escolas Escola de Ensino Fundamental Herondina Lima Cavalcante e Escola de Ensino Fundamental Cristo Redentor, ambas localizadas na cidade de Fortaleza, Ceará, Brasil. Os dados obtidos por meio do instrumento questionário semiestruturado foram coletados e tratados estatisticamente no programa Excel. Os resultados revelaram que a maioria dos estudantes de ambas as escolas afirmaram necessitar da EJA, se sentem motivados a continuar os estudos e terminar o ensino médio. Ao serem interrogados sobre como a EJA poderia melhorar, os estudantes pontuaram sobre a flexibilidade de horário; maiores investimentos na escola; novos métodos de ensino; acesso às tecnologias de informação e inclusão digital.

Palavras-chave: EJA. Políticas Públicas. Crise. Estudantes.

¹Professora da EJA. Secretaria Municipal de Educação do Município de Estado Fortaleza- Ceará. Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Del Sol - PY.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização das nações Unidas no documento “Agenda 2030”, umas das relevantes metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) é aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo. Em se tratando do Brasil, a meta é garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, tendo adquirido os conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática, até 2030 (ONU, 2013).

A forma de ensino desenvolvida no Brasil para atender o público que por algum motivo não pode cursar a educação básica na idade considerada adequada de modo a garantir a todos o direito a uma educação de qualidade foi designada por EJA - Educação de Jovens e Adultos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996, no artigo 37 afirma que “A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 2010).

A Educação de Jovens e Adultos contempla dois principais grupos excluídos de seus direitos à educação: pessoas com idade avançada; analfabetos e jovens com baixa escolaridade por abandono dos estudos devido às condições de pobreza e ingresso precoce no mercado de trabalho.

De acordo com Mota (2019), a EJA trouxe uma nova chance para os que não puderam estudar no tempo regular, sendo considerada uma modalidade específica para esse público. Entretanto, os estudantes do EJA enfrentam muitos percalços já que em sua maioria têm idade avançada e trabalham o dia todo, razão que potencializa dificuldades de conciliação entre trabalho, família e escola.

De acordo com Mota (2019) o EJA considera a diversidade dos sujeitos. Deve-se promover muitos diálogos para que questões relevantes como baixa frequência, atrasos e a evasão escolar sejam mitigadas nessa modalidade de ensino. Dessa forma, não somente o Estado, mas, toda a sociedade precisa estar participando desse diálogo e da releitura dos sujeitos mais importantes do EJA – os professores e os estudantes.

Muitas são as questões que necessitam ser discutidas e solucionadas no contexto da educação de jovens brasileiros fora da faixa de idade estudantil como a do público da 3ª idade que também têm direito a uma educação de qualidade.

Que medidas devem ser tomadas para aumentar o número de pessoas matriculadas na EJA? Que ações pedagógicas podem ser construídas na EJA no sentido de aumentar a frequência dos estudantes e minimizar desistências e evasão? Há coerência da carga horária da EJA em relação ao trabalho dos professores? E em relação aos estudantes trabalhadores matriculados no turno noite? Como constituir uma flexibilidade de horário? Quais políticas públicas existem em função do favorecimento da permanência do estudante na EJA? Como os estudantes vêm a EJA frente à sua realidade cultural e socioeconômica?

Crises da EJA no Brasil: comunicações do “Movimento pela Base”

De acordo com as discussões tecidas no “Movimento pela Base” e no “Observatório” (<https://observatorio.movimentopelabase.org.br/>), desde o ano de 2012 o governo federal do Brasil vem descumprindo a Constituição ao esvaziar o Programa Nacional de Livros Didáticos para a alfabetização. Por conseguinte, desde a referida data, a EJA vem sendo sucateada com acentuada queda nas matrículas nas escolas públicas que oferecem essa modalidade de ensino.

No dossiê intitulado “Em busca de saídas para a crise das políticas públicas de EJA”, coordenado pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – Cenpec - em parceria com a Ação Educativa e o Instituto Paulo Freire há importantes informes nesse sentido como: a ocorrência de uma forte queda de investimentos em recursos federais destinados às EJAs no Brasil. Esses valores caíram de quase R\$ 1,5 bilhão em 2012 para R\$ 38,9 milhões em 2021. Em adição, as matrículas de jovens e adultos passaram de 4,08 milhões em 2011 para 2,9 milhões em 2021, representando uma redução de 27%. Ainda, o número de escolas públicas que ofertam a EJA caiu 29%, ou seja, de 38.769 unidades em 2010 regrediu para 27.472 em 2021 (MOVIMENTO PELA BASE, 2022).

O referido Dossiê também informa que o processo de esvaziamento do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos – PNLA, criado pela Resolução nº. 18/2007, ampliado e incorporado ao Programa

Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos - PNLD EJA teve seu último edital para comprar livros no ano de 2013 e que até o ano de 2017 não houve novas reposições de livros (MOVIMENTO PELA BASE, 2022).

Os dados lançados no referido Dossiê foram obtidos de órgãos oficiais como o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Sinop; Ministério da Educação – MEC e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep (MOVIMENTO PELA BASE, 2022).

Os professores são importantes sujeitos da EJA

Em Mota (2019) há a afirmação de que os professores são sujeitos da EJA tão importantes quanto outros atores, merecendo dessa forma, uma atenção especial no sentido de que possam vir a ter condições favoráveis para melhor contribuírem no processo de ensino e enfrentamento de sérios problemas que acometem o trabalho da EJA como é o caso da evasão escolar e a baixa de matrículas.

O educador na EJA consiste em peça fundamental no processo de resgate da educação e, devido essa reconhecida posição são mencionados com destaque na história da educação de jovens e adultos no Brasil. O educador da EJA com sua presença, dinamismo e profissionalismo vem construindo o conhecimento junto aos seus alunos e alunas atravessando muitas dificuldades. A realidade é que ainda há milhares de jovens e adultos necessitando ser alfabetizados. Esse público vê na EJA, fundamentalmente em seus professores e professoras, a chance de repor o tempo perdido e de ser incluído de fato na sociedade letrada (TELES; SOARES, 2016 *Apud* MOTA, 2019).

Um número significativo de jovens e adolescentes buscam a EJA. Uma significativa amostra de adolescentes oriundos de escolas regulares (devido à reprovação e conseqüente evasão) procuram se matricular na EJA. Esses jovens são verdadeiros desafios para os professores e professoras da EJA já que eles chegam na escola marcados por experiências escolares malsucedidas e num contexto histórico de privação de direitos básicos (COSTA; AMORIM, 2020).

Em se tratando de jovens estudantes que ingressam na EJA, Guedes (2009) comunica sobre os adolescentes que passam por sucessivas experiências de insucessos. Dessa forma, a idade e o desenvolvimento físico desses alunos (as) passam a ser um

problema de convívio na mesma série onde os colegas têm trajetórias diferentes, incitando, assim, brigas e indisciplina com consequente desafios para o corpo docente.

No contexto dos problemas e desafios para os professores e professoras da EJA, lotar o período noturno atualmente tem sido desafiador no sentido de manter a oferta educacional e a permanência dos estudantes, pois há a alegação de queda contínua de matrículas e aumento na evasão na EJA. Uma solução viável seria a criação de políticas públicas no sentido de melhorar as condições de permanência; formação contínua dos professores(as); apoio estrutural do Estado nas escolas; incremento de materiais TI como softwares educativos em todas as áreas; bom material de mídia; merenda escolar noturna de boa qualidade; flexibilização dos horários para os idosos e os trabalhadores de tempo integral e outros meios de incremento didático para a permanência desse público, que tanto necessita desse meio para melhorar sua qualidade de vida.

Na abordagem do problema da evasão escolar na EJA, um trabalho investigativo realizado pelos pesquisadores Oliveira e Fernandes (2020 p. 92) revelou que “dentre os fatores da evasão elencados, 80% dos professores apontaram a falta de segurança e 50% indicaram a localização da escola. Já os alunos indicaram: falta de segurança (41,8%); ausência de respeito da direção/gestão quanto aos discentes (10,52%); falta de interesse dos professores com os estudantes (10,52%). Alguns discentes não opinaram ou não souberam responder (37,16%). Concluiu-se na referida pesquisa que, “tanto para os professores quanto para os alunos, o mais significativo foi a ausência de segurança, mas não se pode ignorar as críticas e apontamentos elencados sobre a escola, gestão, professores, ensino e outros”. Sobre o ensino na EJA, os professores destacaram que “poderia ser mais atraente, diferenciado e interessante com o uso da tecnologia a seu favor”. Ressaltaram ainda a ausência de formação continuada pela Secretaria de Educação: “não constava a EJA nas atividades ou nas metas do PPP da escola; essa ausência sugere a invisibilidade da modalidade nas ações da gestão escolar”.

Os docentes e estudantes da EJA no Brasil enfrentam grandes desafios como: adquirir metodologias modernas de ensino no uso das Tecnologias de Informação e seus programas educativos; criação de políticas públicas para a EJA com um olhar voltado para os problemas que os professores e os estudantes enfrentam cotidianamente; mudanças estruturais; segurança no período noturno; flexibilização

dos horários; formação continuada dos professores; humanização da lotação dos professores e outros.

No que se refere a EJA no Estado do Ceará há muitas questões e desafios enfrentados nos contextos culturais, socioeconômicos e políticos que devem ser conhecidas, discutidas e avaliadas.

A Educação de Jovens e Adultos no Estado do Ceará - um recorte sociopolítico

O Estado do Ceará, de acordo com a SEDUC - Secretaria da Educação do Estado do Ceará, Governo do Estado do Ceará (2020) “garante o acesso à educação básica na modalidade EJA presencial e semipresencial”.

O primeiro formato da EJA no Ceará se deu em escolas da rede estadual, distribuídas em municípios cearenses para públicos específicos - jovens e adultos privados de liberdade em estabelecimentos penais, em parceria com a Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS), com a Vara de Execuções Penais (VEPA); adolescentes e jovens nos Centros de Medidas Socioeducativas, em parceria com a Superintendência Estadual do Sistema Socioeducativo (SEAS) (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2020).

Já o formato semipresencial, ocorre em 32 Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), localizados em: Fortaleza (09) e no interior (23), em Pacajus, Itapipoca, Acaraú, Camocim, Granja, Tianguá, Ipu, Sobral, Canindé, Baturité, Limoeiro do Norte, Jaguaribe, Quixadá, Senador Pompeu, Tauá, Iguatu, Icó, Crato Juazeiro, Barbalha, Brejo Santo e Milagres (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2020).

A Secretaria de Educação do Estado do Ceará também assegura essa modalidade de escolarização, por meio de convênio com outras Instituições, para os seguintes públicos (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2020):

- a) Atendimento escolar aos privados de liberdade em 42 unidades prisionais, com matrículas vinculadas aos Centros de Educação de Jovens e Adultos – CEJA, localizadas no interior do Estado e à EEFM Aloísio Léo Arlindo Lorscheider, cujas salas de aula funcionam em 10 unidades na Região Metropolitana de Fortaleza. Esta ação é desenvolvida por meio de um convênio de cooperação técnica com a Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS);
- b) Atendimento escolar aos beneficiários de penas alternativas com restrição de liberdade nos finais de semana, os quais, em vez de serem recolhidos, são encaminhados a frequentar aulas aos sábados e domingos no

CEJA Paulo Freire, em Fortaleza. Esta ação é desenvolvida em parceria com a Vara de Execução de Penas Alternativas (VEPA), formalizada por meio de Termo de Cooperação Técnica;

c) Atendimento escolar às pessoas em progressão de pena, regime semiaberto, com trabalho externo, as quais são encaminhadas por via judicial para matrícula no Projeto Aprendizes de Liberdade, que ocorre durante os finais de semana no CEJA Prof. Gilmar Maia, em Fortaleza. O referido projeto é viabilizado por meio de Convênio entre a Secretaria da Educação, Secretaria de Justiça e Cidadania, Tribunal de Justiça do Ceará e 2ª e 3ª Varas de Execução Penal e

d) Atendimento escolar a jovens em conflito com a Lei, nas Unidades de Medidas Socioeducativas, com matrículas vinculadas aos Centros de Educação de Jovens e Adultos – CEJA de Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte, numa ação de cooperação técnica com a Superintendência Estadual do Sistema de Atendimento Socioeducativo (SEAS).

Os denominados Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) ofertam os anos finais do ensino fundamental no formato presencial e o ensino médio no formato semipresencial. O trabalho é mediado pela educação a distância, permitindo ao estudante, portanto, cumprir parte da carga horária do nível de ensino em que está matriculado fora da escola. Os CEJA trabalham outros ambientes pedagógicos que substituem a sala de aula convencional, diversificando as oportunidades de aprendizagem ou dar continuidade ao processo de formação dos jovens e adultos que o procuram, buscando adequar-se ao perfil dos sujeitos da EJA. Estes centros de estudos também são responsáveis pela emissão de certificados de conclusão do ensino fundamental dos candidatos aprovados no ENCCEJA e certificação do nível médio e declaração parcial de proficiência dos aprovados de ENEM (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2020).

A Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC - realizou oficinas para a escolha dos livros didáticos do PNLD-EJA, um Programa Nacional do Livro Didático que a partir da edição de 2014 passou a incluir a EJA. O referido programa tem como objetivo distribuir obras e coleções de qualidade para estudantes da educação básica na modalidade da EJA, desde a alfabetização de jovens e adultos do Programa Brasil Alfabetizado até o ensino médio de todas as redes públicas de ensino, tanto para alunos das turmas da EJA presenciais quanto para os alunos do formato semipresencial, nos CEJA (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2020).

Contrastando com as relevantes comunicações da Secretaria da Educação do estado do Ceará sobre a implementação histórica e robusta de EJAs no Ceará,

professores e professoras lotadas nas referidas EJAs trazem à tona os muitos desafios enfrentados no contexto dessa modalidade de ensino na conjuntura política que culminou no ano de 2022.

No contexto dos problemas que ocorrem na EJA e que já foram citados anteriormente nesse espaço, professores das EJAs da cidade de Fortaleza, capital do Ceará, vivenciando a crise pela qual passa a EJA nas escolas públicas de Fortaleza e de outros municípios, principalmente referente à condição da lotação dos professores, devido à baixa de matrículas e outros problemas, resolveram escrever uma carta que foi comunicada via internet para todo o Brasil no ano de 2022. Da carta intitulada “Carta dos professores de Educação de Jovens e Adultos (EJA) à sociedade alencarina”, foram destacados os seguintes trechos:

A Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza – SME expediu a Portaria Nº 0725/2022, referente à lotação de professores para o ano de 2023, que deixou de fora a maior parte dos professores que atualmente trabalham no turno noturno através da EJA, alcançando milhares de educandos de várias faixas etárias que não tiveram a oportunidade de acesso ao ensino regular na "idade apropriada".

A supracitada Portaria lançou, no item 3.2, um parágrafo exclusivista e bastante excludente, por meio do qual afirma que "somente podem se lotar no turno noturno (Educação de Jovens e Adultos – EJA à noite) professores vinculados à SME com 60 h." Ora, esse critério absurdo impede que a maioria dos professores atuais (em exercício) possam continuar a trabalhar nessa modalidade tão importante, descartando esses profissionais com tantos anos de magistério e experiência na EJA na própria prefeitura". “Não há fundamento em retirar profissionais habilitados para colocar outros. O que tem que se fazer é ampliar a política para EJA e não restringir ou excluir por ação ou omissão do Poder Público Municipal”.

A EJA é, para muitos de nossos alunos, a única saída para o acesso à alfabetização, à educação, à recuperação do "tempo perdido" e é o pontapé para buscarem por melhor qualificação profissional e, conseqüentemente, mudança de vida.

Os professores estão sofrendo com medo de não conseguir lotação à noite e isso impactar no seu sustento familiar. A prefeitura está forçando a lotação para o turno diurno, mas os supracitados professores de EJA já têm uma outra vida profissional atuante nos turnos manhã e tarde, o que geraria incompatibilidade de horários se seguissem essa imposição da SME”.

A verdade, que se escancara ao longo dos anos, é que a SME não tem uma política sólida de EJA e, por consequência, vem impondo exigências de modo a extinguir a existência dessa modalidade, afirmada pela LDB, em seu âmbito – atitude que não devemos deixar acontecer. _*Solicitamos, desse modo, que o assédio contra os professores e os estudantes de EJA deixe de existir, por meio da retirada do referido item (3.2) da portaria de lotação e, além do mais, que haja a imediata lotação dos professores que foram lotados em 2022 e a construção de uma política de matrícula dos alunos pela SME desde já”.

A referida carta traz à tona o problema urgente da melhor qualidade de lotação dos professores e da necessidade de oferta de um maior número de vagas e melhores condições de trabalho no turno da noite, fato que beneficiará milhares de estudantes cearenses trabalhadores.

As Políticas públicas para a EJA (2000 – 2022)

Em Secchi (2013) há o conceito de que políticas públicas têm elementos fundamentais como: (I) a intencionalidade pública, que é a motivação para estabelecer ações que tratam ou solucionam problemas; (II) o problema público e a diferença entre uma situação vivida na atualidade e uma situação idealizada na realidade. Para o referido autor, políticas públicas são relativas à definição da agenda; formulação; tomada de decisão; implementação e avaliação da política pública.

Já segundo Souza (2006) e Bilhim (2014) as políticas públicas estão imbricadas nas estruturas socioculturais sendo necessário uma compreensão sobre a relação Estado/política/economia/sociedade para criá-las. Assim, políticas públicas relacionam-se com muitos atores e vários níveis de decisão; são abrangentes e não se limitam a leis e regras e é ação intencional com objetivos a serem alcançados a longo prazo ou a curto prazo.

No contexto da EJA, no ano 2000 foi aprovado o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, do relator Carlos Roberto Jamil Cury, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. “O parecer, regulamentador e normatizador da EJA nos dias atuais, instituiu três funções para essa modalidade de ensino: função reparadora, equalizadora e qualificadora” (MARQUEZ; GODOY, 2020 p. 7).

A referida política trouxe o conceito de “função reparadora” como o sentido de reparação a um direito que foi negado aos cidadãos no que se refere a alfabetização no contexto de uma educação igualitária. Negar o direito à educação traz consequências sérias a uma sociedade. A intrincada relação entre poder público, sociedade capitalista e a pobreza no Brasil tem passado ao longo do tempo pelo rio da insegurança devido à ausência do direito à educação para todos.

Em Sartroti (2011) citado por Marquez e Godoy (2020) há a fala de que quando o sujeito tem acesso a uma escola pública, gratuita e de qualidade, ele pode alcançar

meios, emprego e posições sociais que lhe concedem dignidade e reconhecimento social. Dessa forma, para o referido autor, a EJA precisa garantir o direito à educação a essas pessoas como também necessita requerer o desenvolvimento de uma modelo pedagógico próprio que favoreça as necessidades de aprendizagem desses sujeitos, contribuindo, assim para por em prática as outras duas funções citadas.

No ano de 2001, o governo federal do Brasil sancionou a Lei nº 10.172/2001 que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). O Plano estabeleceu 26 metas para serem realizadas entre os anos 2001 a 2011. Dentre elas, pretendeu-se alfabetizar dois terços da população em até cinco anos e a sua totalidade até 2011. Entretanto, o referido Plano não garantiu recursos financeiros que tornassem essas metas viáveis já que o FUNDEF só contemplava o ensino fundamental (BRASIL, 2001 *Apud* MARQUEZ E GODOY, 2020).

Prosseguindo, vários programas de educação de jovens e adultos foram criados no Brasil durante os anos 2003 a 2008 (Marquez e Godoy, 2020). Ressalta-se aqui o Programa Brasil Alfabetizado; o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM); o Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação (PROEJA); o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA)

No quesito fundos aplicados aos programas educativos no Brasil, a partir do ano de 2007 entrou em vigor o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB) substituindo o FUNDEF. Nesse contexto, a EJA passa a receber também parte destes recursos (VEIGA e MORAES, 2017 *Apud* MARQUEZ e GODOY, 2020).

Quanto ao quesito formação de professores no contexto da EJA, foi aprovado no ano de 2006 (Marquez e Godoy, 2020) a Resolução nº 1 de 15/05/2006 que concedeu aos cursos de licenciatura a formação de professores para que pudessem atuar na modalidade EJA. Entretanto, essa política não foi suficiente. Atualmente, a EJA ainda é considerada uma modalidade de ensino sucateada, carente de políticas públicas direcionadas aos alunos e professores que tanto necessitam de uma formação mais específica que lhes conceda capacidades para promover mudanças pedagógicas que sejam convergentes à realidade dos alunos da EJA.

É fato que no ano de 2018 havia no Ministério de Educação do Brasil (MEC) uma secretaria exclusiva da EJA, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão que foi extinta no governo Bolsonaro. Assim, no contexto dos anos 2020 já não existiam políticas para a EJA de cunho federal.

Há um descaso pontual com a EJA, que está atualmente enfrentando vários desafios e atravessando várias crises e um dos fortes motivos é certamente o fracasso das políticas públicas e a falta de fundos capitais que sejam disponibilizados - fato recorrente na história da EJA.

Uma das mais graves crises e que também é um robusto desafio que vem sendo enfrentado pela EJA é a queda relevante no número de matrículas nesses últimos anos.

De acordo com o caderno do Movimento pela Base (2022), com o apoio da “Ação Educativa”; Instituto Paulo Freire e Cenpec há evidências de que se a queda na matrícula do EJA consiste num fenômeno multideterminado.

A frágil cultura do direito à educação para os adultos, a grande dificuldade de conciliação entre trabalho, família e escola, com horário pouco flexível, gerando faltas, baixa frequência e grande volume de desistência, somam-se a questões como diminuição de oferta e carência de políticas educacionais, falta de incentivo e pouco investimento do governo na EJA.

Dados da SIOP – Sistema integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal do Brasil, demonstrando gastos com a Educação de Jovens e Adultos em milhões de reais do ano de 2012 até o ano de 2020. Ocorreu uma queda acentuada do investimento no EJA a partir de 2015 e uma acentuada carência de verba no período do governo Bolsonaro (MOVIMENTO PELA BASE, 2022).

Quanto à procura pelo ensino médio na EJA, ressalta-se que, de acordo com o documento do Movimento pela Base (2022), o fato é que sim, existe demanda para a EJA. Nesse sentido, um estudo do INEP revelou que o Brasil está muito longe de cumprir com o direito à educação, previsto em sua Constituição. Um recente levantamento de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), realizado em 2022, revelou que somente 26% dos brasileiros aptos a votar possuem o Ensino Médio completo. Por conseguinte, há um grande contingente de brasileiros que ainda necessita concluir o Ensino Médio. Esse feito proporcionará a muitos brasileiros ter

melhores oportunidades de emprego ou ainda poder ingressar em um curso de nível superior (MOVIMENTO PELA BASE, 2022).

A realidade é que um grande número de brasileiros/idade ainda não concluiu o ensino médio e essa estatística inclui os mais jovens. Para os autores do caderno sobre o EJA do Movimento ela Base (2022) tal realidade consiste em um grave cenário social e indica a urgente necessidade de fortalecimento das políticas públicas e de maior financiamento para a Educação de Jovens e Adultos.

No contexto histórico recente das causas da derrocada da EJA, gerando crise e aumento dos problemas e desafios, ressalta-se o ocorrido no ano de 2019, o Decreto nº 9.4655, que sancionou a reforma administrativa do MEC, extinguindo a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão que desde o ano de 2004 estava alocada a Diretoria de Políticas de EJA. Soma-se a esse também no ano de 2019, o Decreto nº 9.7596 que extinguiu praticamente todos os colegiados da administração pública federal como a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, vetando assim o canal de comunicação existente com o MEC (MOVIMENTO PELA BASE, 2022).

Tais ações causadoras de danos à educação pelo Estado remetem às questões relativas aos baixos investimentos em educação, principalmente em educação gratuita. Os recursos dirigidos à EJA no ano de 2022 representam 3% do que foi gasto no ano de 2012. A partir do ano de 2013 dá-se o início do processo de redução dos recursos para a EJA (MOVIMENTO PELA BASE, 2022).

Ainda, no quesito crise na EJA e no contexto da falta de investimento, o Movimento Pela Base chama a atenção para o fato de que no ano de 2021 houve somente 0,04% de investimento na EJA no país com gastos com a Educação pública. Ademais, deixou-se de investir no PROJOVEM e no Programa Brasil Alfabetizado sendo que muito pouco ou nada foi destinado a EJA escolar. Também esse panorama continuou em 2022.

No tocante as matrículas na EJA, ressalta-se que entre os anos de 2017 e 2021, período no qual o investimento federal da EJA já se revelava em níveis mínimos houve acentuada queda de matrículas no Acre (60%); Rio Grande do Sul (48%); Mato Grosso do Sul (47%); Rio de Janeiro (40%); Piauí (40%); Amapá (36%); Paraná (35%) e também os demais Estados. O Movimento pela Base (2022) chama atenção para o fato

de que os percentuais de redução de matrículas acima de 30% são considerados muito elevados para um intervalo de somente quatro anos.

Dentro de toda essa conjuntura, é demasiado importante comunicar que em relação a oferta de matrículas da EJA continua sendo predominante a oferta das redes públicas. Mesmo com o declínio no número de matrículas ao longo dos anos entre 2010 e 2021, a quantidade de oferta referente à EJA sempre esteve mais alta no contexto da oferta da educação pública. Importa bastante acrescentar nessa comunicação que são raras as instituições particulares de ensino com fins lucrativos que mantêm cursos de EJA, pois, o público dessa modalidade da educação básica são pessoas de baixa renda, com baixo poder aquisitivo e não têm condições financeiras de pagar cursos. Essa maioria tem direito, então, ao ensino público e gratuito.

Sendo complexa a questão da frequência no turno da noite dos alunos que trabalham o dia todo, o modo remoto ou atividades fora da sala de aula e orientadas por um professor seria uma solução para a EJA?

De acordo com a Movimento pela Base (2022), já é estratégia da EJA a proposta que consiste em admissão/ validação de formas não presenciais de estudo/ aprendizagem, vai de encontro ao problema do abandono do curso devido à dificuldade que o estudante tem de cumprir a carga horária presencial. O trabalho consiste em atividade não presencial devidamente planejada e registrada devendo compensar um percentual de faltas no modo presencial. A EJA Combinada permite que 70% da carga horária seja de modo não presencial com a realização de trabalho dirigido ou atividades autoinstrutivas tendo professor(a) plantonista, fato que justifica tais atividades como sendo ensino presencial.

Mas, de acordo com o documento do Movimento pela Base (2022) há grande possibilidade de que essa prática de ensino na forma de arranjo possa vir a ser uma espécie de “espaço livre” para que cursos que não exigem frequência obrigatória possam se apresentar formalmente como cursos presenciais, demandando recursos do Fundeb que subsidia exclusivamente matrículas de cursos presenciais com frequência obrigatória.

Quanto à expansão da oferta da EJA, o documento do Movimento ela Base (2022 p. 47) descreve (APEOC,2020):

Manejando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Parecer CEB/CNE nº 6/2020 reconhece a extensa demanda potencial por EJA e o baixo índice de cobertura da modalidade revelado pelos dados do Censo Escolar do INEP. As principais estratégias indicadas para fazer face a essa questão pelos Pareceres nº 6/2020 e nº 1/2021, bem como a Resolução nº 1/2021, é a regularização do fluxo escolar de adolescentes com defasagem na relação idade-série ideal e a diversificação dos modos de oferta da EJA, preocupando-se sobretudo com “o alinhamento da elevação de escolaridade com a qualificação profissional” e em flexibilizar as exigências de frequência nos cursos presenciais, O Parecer nº 11/2000 de Diretrizes Curriculares para a EJA dedicava todo o tópico VIII, de quatro páginas, à formação específica de educadores para atuar na EJA, referindo-se tanto à formação acadêmica quanto ao desenvolvimento profissional continuado em serviço. Os Pareceres CEB/CNE nº 6/2020 e nº 1/2021 não abordam a formação de docentes para atua na EJA, seja na habilitação acadêmica, seja na formação continuada, mas a Resolução nº 1/2021 dedica o artigo 31 ao tema: O Sistema Nacional Público de Formação de Professores⁵¹ deverá estabelecer políticas e ações específicas para a formação inicial e continuada de professores de Educação Básica de jovens e adultos, bem como para professores do ensino regular que atuam com adolescentes, cujas idades extrapolam a relação idade-série, desenvolvidas em estreita relação com as Universidades Públicas e com os sistemas de ensino. Trata-se de uma diretriz bastante geral, cuja operacionalização dependerá da vontade política dos gestores, da alocação de recursos e do desenvolvimento de estratégias de articulação intergovernamental e com as instituições formadoras de ensino superior”.

As Crises na EJA

Há uma constatação sócio-histórica do progressivo esvaziamento da EJA no sistema de educação básica. Essa realidade aponta para um processo de fechamento de escolas, turmas e a diminuição de matrículas na EJA. Também se denota que cursos à distância não condizem com um público com pouco acesso à internet e dessa forma, têm pouco acesso as TICs.

O aumento das desigualdades internas ao sistema educativo é apontado como forte justificativa da diminuição de cursos e turma que vêm causando a crise do esvaziamento na EJA. Essa justificativa encontra-se sugerida no documento do Movimento pela Base (2022), que afirma ser urgente a ação de reverter essa crise por meio de movimentos de resgate da educação de pessoas jovens e adultas como direito humano. “Deve-se ter a visibilidade da responsabilidade pública, cumprindo as leis nacionais e os compromissos internacionais de que o Brasil é signatário”.

Um maior investimento deve acontecer na EJA por parte do governo federal, considerando inclusive as desigualdades regionais e sociais, imprimindo demanda da União no sentido de reassumir o papel de coordenação que lhe cabe nas políticas de EJA.

Outro importante ponto da crise da EJA refere-se à necessidade de rever suas Diretrizes Curriculares Nacionais de modo a “recuperar as bases doutrinárias que devem orientar, com a devida flexibilidade e respeito à diversidade geográfica e sociocultural da federação, a operacionalização da modalidade” (MOVIMENTO PELA BASE. 2022, p. 51).

As referida Diretrizes, segundo o documento do Movimento pela Base (2022 p. 51) devem contemplar:

[...] orientações curriculares gerais que as especificidades da EJA que ofertem parâmetros apropriados para a adequada formação de professores, a inserção com qualidade da modalidade no PNLD, no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e em exames de certificação, sejam eles nacionais ou subnacionais. Impõe-se a revisão da inserção da modalidade EJA na BNCC com o objetivo de produzir diretrizes que considerem as especificidades da modalidade e as necessidades de aprendizagem da população que a ela tem direito, sendo suficientemente abertas ao desenvolvimento curricular em estados, municípios e centros educativos, conforme as singularidades dos territórios e subgrupos sociais atendidos”.

Dessa forma, o Movimento pela Base (2022 p. 51) propõe:

- a) Na formulação de tais diretrizes sejam obedecidos os princípios da gestão democrática, mediante consulta participativa às três esferas de governo, às redes de ensino, às universidades, a entidades técnico-científicas e pesquisadores, organizações sociais e fóruns dedicados à temática.
- b) Tal providência é pré-requisito para a retomada do PNLD EJA, de modo a restabelecer o direito dos jovens e adultos aos programas de material didático, conforme determina a Constituição, e para a revisão das matrizes que informam os Exames Nacionais de Certificação da EJA, bem como outros instrumentos que venham a ser criados para inserir a modalidade no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.
- c) Que a articulação entre a EJA e a EPT, requeridas pela LDB e pelo PNE, não se faça em detrimento do caráter integral da educação básica – que articula ciência, tecnologia e sociedade –, mais bem equacionado quando se adota o currículo integrado.

Percepções de estudantes fortalezenses sobre a desistência e desmotivação no contexto da EJA: um estudo de Caso

MATERIAIS E MÉTODOS

Os objetos dessa pesquisa de campo foram as Escola de Ensino Fundamental Herondina Lima Cavalcante e Escola de Ensino Fundamental Cristo Redentor, ambas localizadas na cidade de Fortaleza, Ceara, Brasil. A pesquisa foi realizada com uma amostra aleatória de 35 estudantes, predominantemente feminina, idade entre 17 e 69 anos, regularmente matriculados nos 8º e 9º Anos da EJA IV das referidas escolas. A pesquisa se deu por meio de questionário semiestruturado.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesse espaço estão inseridas as perguntas que constam no questionário semiestruturado que foi aplicado à amostra de estudantes das já referidas EJAs, objetos desse estudo. O tratamento estatístico dos dados e a apresentação de gráficos são meios que permitem o leitor visualizar o comportamento das respostas dos estudantes que participaram da pesquisa de campo nesse estudo de caso.

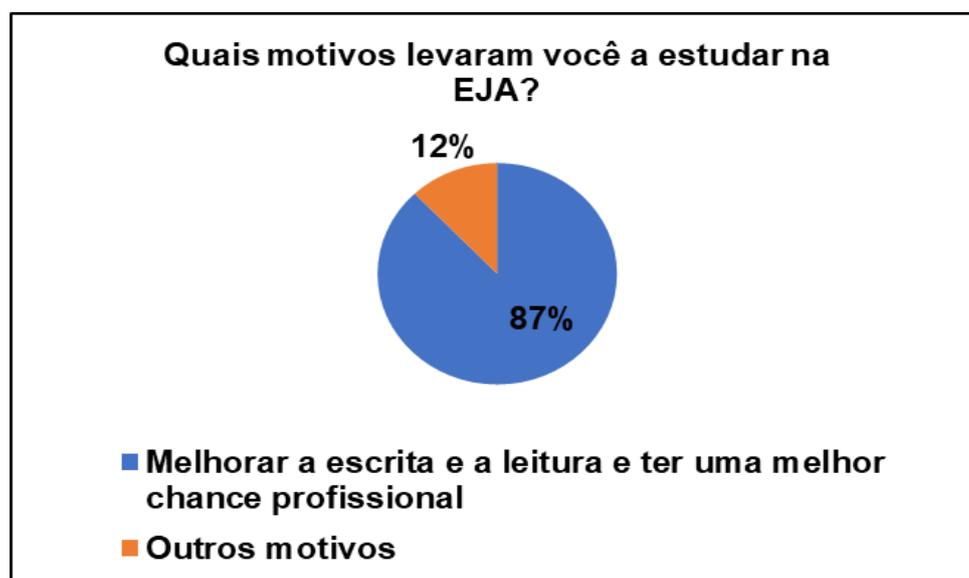
Quais motivos levaram você a estudar na EJA?

Os resultados obtidos a partir da referida pergunta revelaram que, a maioria da amostra dos estudantes entrevistados (87%) respondeu que a busca pela melhoria da escrita e da leitura em função de ter maiores e melhores chances profissionais foram motivos maiores. Uma pequeno percentual da amostra (12%) revelou ter outros motivos (Gráfico 1).

Conclui-se que a busca pela EJA na escola pública é alta, principalmente no contexto do ensino médio, onde muitos jovens que trabalham desejam terminar seus estudos na intenção da melhoria de sua qualidade de vida.

Dessa forma é dever do Estado e direito da pessoa, cidadão ter acesso à educação pública e gratuita. Trata-se de um direito humano garantido pelos acordos entre a ONU e os governos internacionais.

Gráfico 1 – Quais motivos levaram você a estudar na EJA?



Fonte: a autora

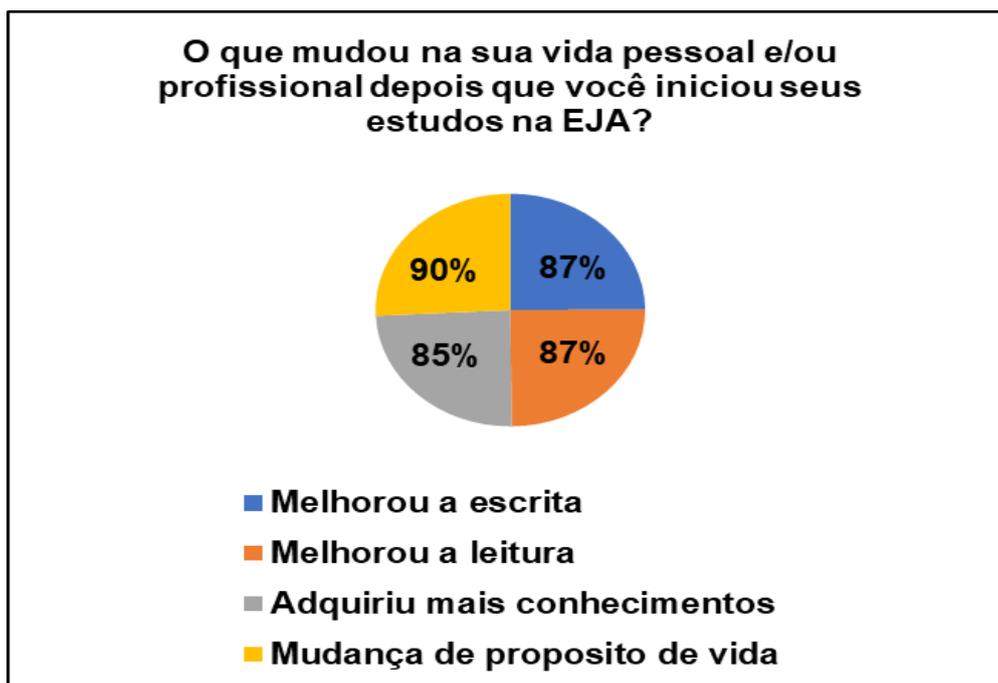
O que mudou na sua vida pessoal e/ou profissional depois que você iniciou seus estudos na EJA?

Sobre essa questão os estudantes responderam: melhorou a leitura (87%); escrita (87%); mais conhecimento (85%) e, mudança de propósito de vida (90%).

Conclui-se que os dados coletados são muitos relevantes já que em pouco tempo, alunos de turmas recentes tiveram melhorias na leitura e escrita, demonstrando o quão é grande importante e necessária essa modalidade de ensino.

Há a real necessidade de estabelecer lutas sociais para que sejam mitigados os maiores problemas da EJA: os desafios da baixa de matrícula; desistência e, fundamentalmente, o baixo investimento na educação pública brasileira pelos governos - um problema histórico (Gráfico 2).

Gráfico 2 - O que mudou na sua vida pessoal e/ou profissional depois que você iniciou seus estudos na EJA?

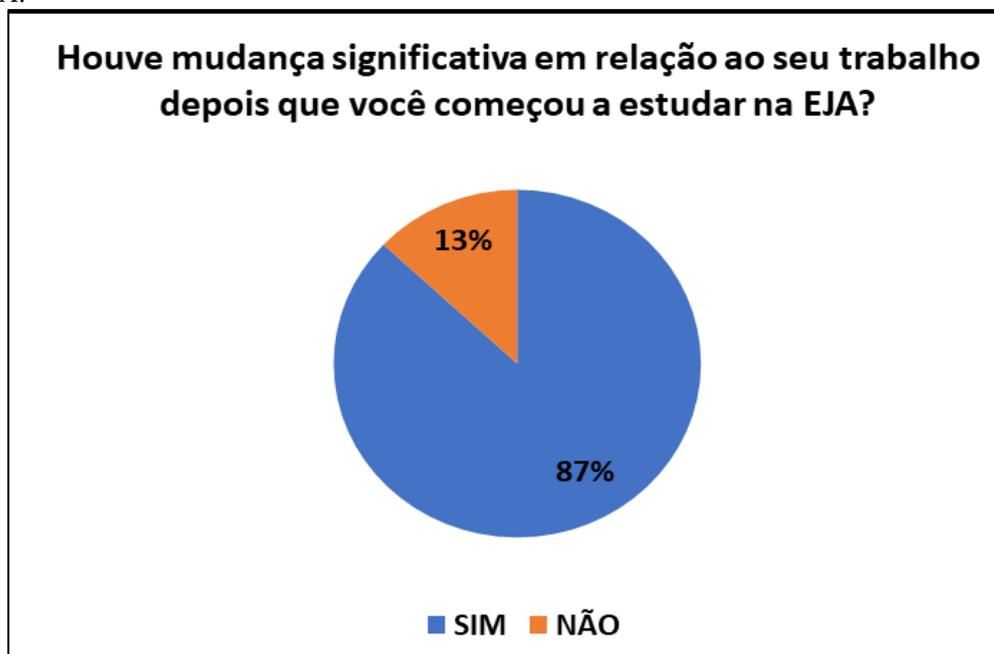


Fonte: a autora

Houve mudança significativa em relação ao seu trabalho depois que você começou a estudar na EJA?

Da amostra aleatória dos 60 estudantes do EJA IV entrevistados, a maioria (87%) disse que sim, que houve mudanças significativas em sua vida com os estudos no EJA (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Houve mudança significativa em relação ao seu trabalho depois que você começou a estudar na EJA?



Fonte: a autora

Tal observação refere-se diretamente aos dados coletados acerca da questão proposta anteriormente já que a melhoria da leitura e da escrita são certamente meios e ferramentas alavancadoras de novos olhares na vida dessas pessoas, promovendo dessa forma melhorias em sua qualidade de vida.

Alcançar competências e habilidades como ler, escrever e dominar operações matemáticas básicas são interferências bastante positivas e que favorecem ao estudante um melhor relacionamento com a família, amigos, ambiente de trabalho e outros ambientes do seu convívio. A competência da leitura abre novas janelas e novos horizontes ao cidadão.

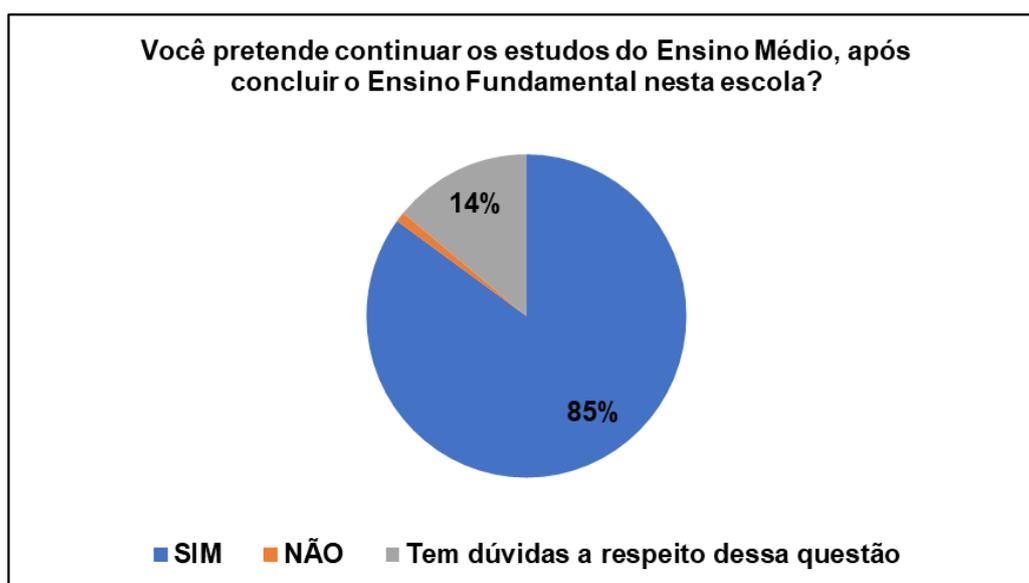
A constatação feita na presente pesquisa sobre as melhorias na escrita e leitura no percurso da aprendizagem na EJA é prova concreta da importância dessa modalidade de ensino como meio e veículo de conhecimento inclusivo e agregador. Novas e muitas oportunidades são apresentadas aos estudantes da EJA, inclusive o alcance de melhores cargos no trabalho, ou para os que não trabalham, abertura de horizontes de emprego. A maioria dos estudantes da EJA tem por meta concluir o Ensino médio e dessa forma concorrer a vagas em setores de trabalho e/ou universidades.

Você pretende continuar os estudos do Ensino Médio, após concluir o Ensino Fundamental nesta escola? (Gráfico 4)

A maioria dos estudantes das EJA entrevistados disse sim (85%) e uma pequena fração percentual tem dúvidas a respeito (14%). A amostra consiste numa turma de ensino fundamental, EJA IV, referente ao 8º e 9º anos. Certamente estão ou foram motivados a fazerem o ensino médio e buscarem novas oportunidades que lhe permitam melhorar a qualidade de suas vidas.

Essa é uma das grandes relevâncias da EJA, que disponibiliza oportunidades para pessoas que estão fora da faixa da idade escolar na normalidade e que têm a chance de obter boa educação, profissionalização ou até mesmo ingressar numa faculdade.

Gráfico 4 - Você pretende continuar os estudos do Ensino Médio, após concluir o Ensino Fundamental nesta escola?

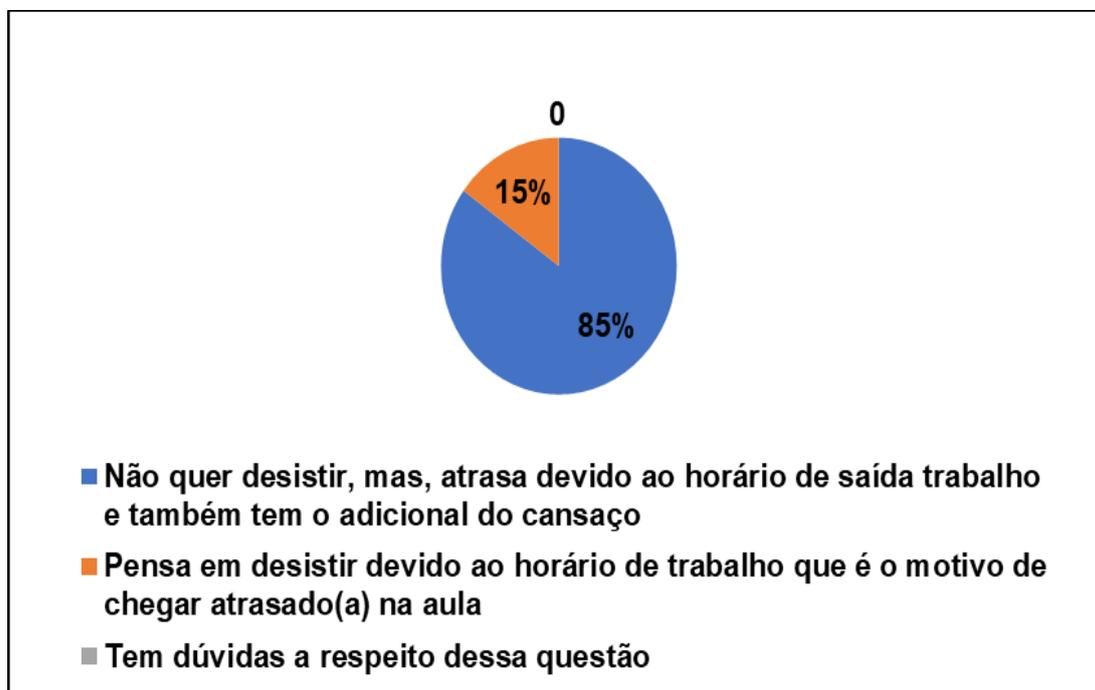


Fonte: a autora

Caso você tenha desistido de estudar na EJA, descreva os principais motivos dessa desistência.

A maioria da amostra de estudantes entrevistados (85%) afirmou não querer não desistir. Dos que pensam em desistir (15%) o motivo maior consiste na realidade de não conseguir conciliar horário de saída de trabalho e o horário do início da aula no EJA (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Caso você tenha desistido de estudar na EJA, descreva aqui os principais motivos dessa desistência.



Fonte: a autora

Os estudantes também relataram sobre o cansaço e dificultados nos estudos devido a pouco tempo para estudar em casa. Falaram da necessidade de motivação, novas metodologias, mais exercícios na sala de aula e maior tolerância com o atraso, necessitando de uma maior flexibilidade na questão das exigências devido ao cansaço daqueles que têm dupla jornada de trabalho.

Caso você esteja desmotivado de estudar na EJA, fale os principais motivos dessa desmotivação.

A maioria da amostra de estudante das EJAs entrevistados (75%) não se sentem desmotivados. É possível que o cansaço, a falta de conciliação entre trabalho, família e escola e ainda os problemas estruturais e pedagógicos pelos quais a EJA vem enfrentando sejam bastante desmotivadores (Gráfico 6). Entretanto, para os referidos estudantes não há desmotivação, demonstrando assim os dados que as EJA referidas nesse trabalho têm fundamental função social. Esses dados são bastante motivadores para os professores, escola e evidenciam a necessidade que os alunos têm de uma modalidade de ensino com a EJA.

Gráfico 06 - Acaso você esteja desmotivado de estudar na EJA, descreva os principais motivos dessa desmotivação.



Fonte: a autora

Que melhorias você faria no EJA no sentido de diminuir a desistência e fomentar a motivação dos alunos no processo ensino/aprendizagem nessa modalidade de ensino em sua escola?

Resolver os problemas com horários não flexíveis para diminuir as faltas e aplicar metodologias modernas e mais dinâmicas nas aulas para “chamar” mais alunos (as) foram as sugestões apontadas pela maioria dos entrevistados.

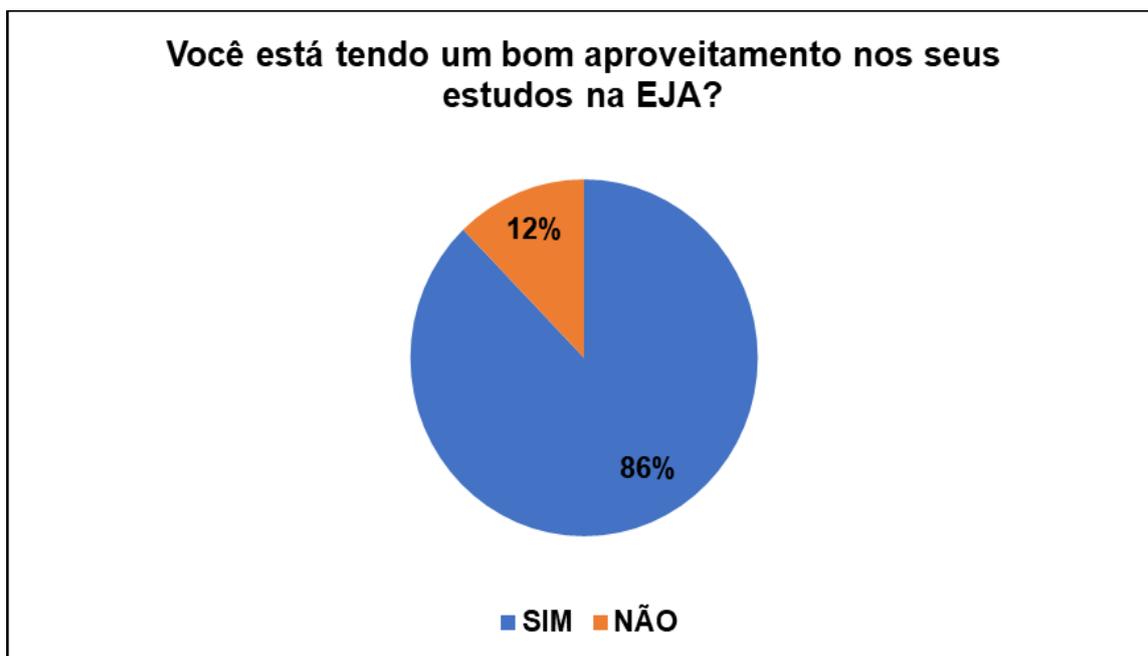
Deve-se inserir aqui as falas do Movimento pela Base (2022) que sugere em seu documento sobre os quesitos dos desafios e das propostas de soluções para a EJA, mudanças na Diretrizes educacionais de modo que a EJA venha a estar mais próxima da realidade dos alunos, melhorando o currículo; flexibilizando horários; dando-se formação mais especializada aos professores; estabelecendo novas alternativas de estratégias pedagógicas; oferecendo acesso às ferramentas tecnológicas educacionais e de inclusão digital.

Você está tendo um bom aproveitamento nos seus estudos na EJA?

Embora os (as) alunos (as) tenham discorrido sobre problemas como a frequência, faltas e ausência de flexibilidade de horário de chegada, devido a muitos

que trabalham chegarem atrasados, eles consideram que estão tendo bom aproveitamento nas aulas, aprendendo a ler e escrever bem, além de obter muitos conhecimentos importantes para poderem alçar novos horizontes como o acesso ao Ensino Médio, assim como de terem chance de frequentar uma faculdade, como também, conseguirem melhorias profissionais (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Você está tendo um bom aproveitamento nos seus estudos na EJA?



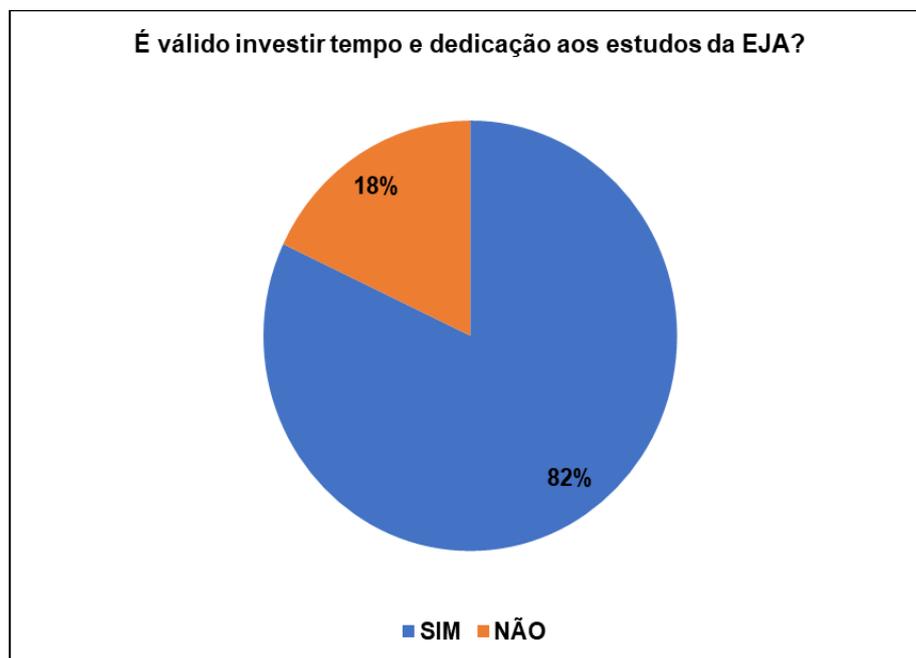
Fonte: a autora

É válido investir tempo e dedicação aos estudos da EJA?

A maioria (82%) da amostra de alunos (as) entrevistados respondeu que sim, que é válido, já que convergem para a vontade de ingressar no Ensino Médio e outros até pretendem fazer uma faculdade, visando melhorias profissionais e da qualidade de suas vidas (Gráfico 8).

Esses dados são de grande importância e demonstram que nas EJAs, objeto desse estudo, há motivação de estudo sim, que os alunos respondem de modo positivo ao EJA e que essa modalidade de ensino é por demais necessária, sendo um direito para os que não tiveram oportunidade de estudar no contexto da normalidade. A EJA é um modo de ensino gratuito que atende a grande maioria dos brasileiros que vive em situação de baixa renda e não tem condições de estudar em cursos pagos.

Gráfico 8 – É válido investir tempo e dedicação aos estudos da EJA?



Fonte: a autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que é a EJA? A EJA é uma modalidade de ensino, a qual consta na LDBEN, constituída por milhares de jovens e adultos brasileiros de baixa renda (maioria no universo das desigualdades socioeconômicas do Brasil) com emprego ou lotados em trabalhos informais, atravessando diversos problemas como má alimentação; cansaço; dificuldade de mobilidade do trabalho até a escola e da escola para casa; horas de serviços com alternância de turno e outros problemas inerentes a essa situação.

Nesse contexto, o quesito “trabalho” é um dos elementos mais discutidos como sendo o principal motivo de desistência da EJA e da evasão escolar, como também, da diminuição no número de matrículas. Entretanto há outros relevantes elementos nesse universo do público da EJA, como: o histórico da trajetória escolar e da vida dessas pessoas; a diversidade étnica; as questões de gênero e o problema do local de moradia e do trabalho/emprego em relação à localização da escola sob o limite da mobilidade, entre outros elementos contextuais.

O fato é que famílias de baixa renda necessitam de que seus filhos entrem no mercado de trabalho já que muitas são as que têm as maiores necessidades sociais e econômicas no contexto da grande desigualdade social presente no Brasil. A pobreza é

o fundamental elemento que pressiona a entrada de jovens no mercado de trabalho, desestruturando assim, a sua trajetória educacional, sendo condicionante para a entrada do jovem no mercado de trabalho. Dessa forma se instaura um problema que vem influenciando a vida de milhares de jovens brasileiros que têm que abandonar seus estudos, rompendo com a trajetória da normalidade na sala de aula, necessitando de alternativas demandadas pelo Estado para que tenham o direito e o acesso à educação. A EJA é a modalidade de ensino que atende a essa problemática e que requer para isso: melhores políticas públicas; maior e melhor investimento; reestruturação curricular; melhor formação de professores; maior número de professores especializados para atender a esse público, inclusão digital e recursos tecnológicos voltados para a educação como as TICs educativas.

No universo dos grandes desafios enfrentados pela EJA há a realidade histórica do baixo investimento em educação no Brasil, que vem declinando progressivamente desde 2010 até os dias atuais, de acordo com o documento do Movimento pela Base (2022). A desconstrução e a dinâmica caótica das políticas educacionais; as questões inerentes ao aluno como a dificuldade de conciliar trabalho, família e escola, juntamente com a não flexibilização de horários e a necessidade de se instaurar novas estratégias pedagógicas na EJA são fatos que demonstram a realidade desse panorama. Ainda mais complexa e não menos importante é a questão da formação e especialização do professor da EJA para que possa lidar com todo esse processo.

O Movimento pela Base (2022) recomenda uma Política Nacional de EJA com a ação de cessar o desmonte das políticas de EJA com governança democrática. Há uma constatação sócio-histórica do progressivo esvaziamento da EJA no sistema de educação básica, revelada pelas pesquisas e dados estatísticos que apontam para um processo de fechamento de escolas, turmas e a diminuição de matrículas na EJA. Também se denota que cursos a distância não condizem com um público com pouco acesso à internet e, conseqüentemente, pouco acesso as TICs. O aumento das desigualdades internas ao sistema educativo brasileiro apontado pelas pesquisas e dados estatísticos é uma das robustas justificativas para esse cenário.

A crise pela qual atravessa a EJA necessita urgentemente ser revertida com ações de resgate da educação de pessoas jovens e adultas, assegurando-lhes os próprios

direitos humanos. Deve-se ter a visibilidade da responsabilidade pública, cumprindo as leis nacionais e os compromissos internacionais de que o Brasil é signatário.

Outro importante ponto da crise da EJA refere-se à necessidade de rever suas Diretrizes Curriculares Nacionais, de modo a “recuperar as bases doutrinárias que devem orientar, com a devida flexibilidade e respeito à diversidade geográfica e sociocultural da federação, a operacionalização da modalidade” de acordo com o Movimento pela Base (2022).

A busca pela EJA na escola pública é alta, principalmente no contexto do ensino médio, onde muitos jovens que trabalham desejam terminar seus estudos na intenção da melhoria de sua qualidade de vida. Dessa forma é dever do Estado e direito da pessoa/cidadã ter acesso à educação pública e gratuita. Trata-se de um direito humano garantido pelos acordos entre a ONU e os governos internacionais.

Os estudantes da EJA, mesmo com tantos desafios, se sentem motivados a fazer o ensino médio e buscar novas oportunidades que lhe permitam melhorar a qualidade de suas vidas. Essa é uma das grandes relevâncias da EJA, que disponibiliza oportunidades para pessoas que estão fora da faixa da idade escolar na normalidade e que têm a chance de obter boa educação, profissionalização ou até mesmo ingressar numa faculdade.

Em pouco tempo os estudantes fortalezenses que estudam na EJA e que participaram do presente estudo de caso tiveram melhoras na escrita e na leitura. Estes dados são muitos relevantes, pois, demonstram a grande importância dessa modalidade de ensino e a necessidade de que se lute para que sejam mitigados os problemas na EJA que são os desafios da baixa de matrícula, a desistência e fundamentalmente o baixo investimento na educação pública brasileira pelo governo atual, embora esse seja um problema histórico.

Ademais, tendo como base as observações feitas na presente pesquisa de estudo de caso, considera-se que o cansaço e as dificuldades nos estudos devido a pouco tempo para estudar em casa causam muitos prejuízos no aprendizado. Os estudantes que participaram dessa pesquisa deixaram claro a necessidade de motivação nos estudos, de novas metodologias, mais exercícios na sala de aula e maior tolerância com o atraso, necessitando de uma maior flexibilidade na questão das exigências devido ao cansaço daqueles que têm dupla jornada de trabalho.

Considera-se também que resolver os problemas com horários não flexíveis para diminuir as faltas; utilizar métodos mais dinâmicos para que os alunos se sintam mais motivados e inserir metodologias atualizaadas, são ações de enfrentamento de alguns complexos desafios da EJA.

Finalmente, de acordo com as falas do Movimento pela Base (2022), considera-se que mudanças na Diretrizes educacionais, de modo que a EJA venha a estar mais próxima da realidade dos alunos melhorando currículo; flexibilizando horários; com formação mais especializada de professores; novas alternativas de estratégias pedagógicas; acesso as ferramentas tecnológicas educacionais e inclusão digital, são ações pertinentes e necessárias para esta modalidade de estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ONU. Organização das Nações Unidas. Agenda 2030. www.onu.gov 2013 acessado em dezembro de 2022.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas, casos práticos**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning. 2013.

SEDUC. Secretaria de Educação do Estado do Ceará. EJA. www.seduc.gov acessado em dezembro de 2022.

BRASIL. Parecer CNE/CEB n. 6/2010. Reexame do Parecer CNE/CEB, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 abr. 2010.

COSTA, D. S. P.; AMORIM. **A Desafios e Perspectivas dos alunos da EJA na Escola Contemporânea**. Rede Municipal de Ensino de Salvador. Universidade do Estado da Bahia, 2020. Oliveira e Fernandes (2020)

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado do Ceará. EJA. <https://www.seduc.ce.gov>. acessado em dezembro de 2022.

APEOC. Sindicato dos Servidores Públicos lotados nas Secretarias de Educação e de Cultura do Estado do Ceará e nas Secretarias ou Departamentos de Educação e/ou Cultura dos Municípios do Ceará, 2014 <https://apeoc.org.br/> acessado em novembro de 2022.

BILHIM, J. “Política e administração”. Sociologia, **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. XXVIII, 2014, pág. 11-31, 2014.

MARQUEZ, N. A.G.; GODOY, D. M. Políticas públicas para educação de jovens e adultos: em movimento e disputa **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 25-42, 2020.

MOVIMENTO PELA BASE. Em Busca de Saídas para a Crise das Políticas Públicas de EJA, 2022 <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/> acessado em dezembro de 2022.

SOUZA, C. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 15-20, fev. 2003.